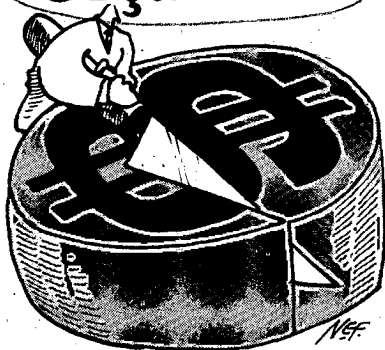


Comissão aprova parecer preliminar do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem, por acordo de lideranças, o parecer preliminar do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) sobre o projeto de lei do Orçamento Geral da União para 1993, que estima a receita e fixa a despesa da União em Cr\$ 538,2 trilhões a preços de abril. O parecer estabelece que cada parlamentar poderá apresentar até 30 emendas prioritárias, que terão “consideração preferencial” do relator. Os recursos destinados pela lei orçamentária enviada pelo Executivo aos municípios e ao Distrito Federal — as chamadas “verbas carimbadas” — serão, pela primeira vez, distribuídos pela Comissão Mista de Orçamento conforme critérios negociados entre as lideranças. Os parlamentares têm até o dia 6 de outubro para proporem emendas.

Os recursos destinados aos municípios e ao Distrito Federal serão utilizados para o acolhimento de emendas apresentadas pelos parlamentares, na seguinte proporção: 25 por cento para o relator parcial da área (parte do orçamento em exame), 15 por cento para o relator setorial e 60 por cento para o relator geral. Os relatores terão a obrigação de relatarem apenas 30 emendas por parlamentar. Estas emendas serão publicadas e apreciadas em separado. Se o parlamentar apresentar mais de 30 emendas, os relatores poderão ignorar as que excederam o limite estabelecido pelo parecer preliminar. “É um



processo mais racional e transparente”, sustenta o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), um dos defensores da fórmula aprovada.

Pela primeira vez, a Comissão Mista de Orçamento acabou com as “Verbas Carimbadas” pelo Governo — geralmente para obras em municípios. Alguns assessores da Comissão, porém, não acreditam no resultado prático desta iniciativa. Eles lembram que o Orçamento aprovado pelo Congresso é apenas autorizativo, não obriga o Executivo a cumprir suas determinações. Mercadante divulgou, quarta-feira, uma discriminação da programação de aplicações do Ministério da Ação Social para 1993. A Bahia leva a maior fatia, com 13,01 por cento do total, Cr\$ 204,4 bilhões, enquanto o Paraná fica com apenas 1,80 por cento, ou Cr\$ 28,9 bilhões. O Ceará fica com 4,20 por cento dos recursos, enquanto o Rio Grande do Sul com 1,49 por cento. “Por quê a Bahia ganha mais, será apenas por ter ACM (Antônio Carlos Magalhães) como governador?”, critica Mercadante.